

ATA SEI

158ª Ata de Reunião Ordinária do Comitê de Investimentos

Às treze horas e trinta minutos do dia vinte e dois de janeiro do ano de dois mil e vinte e seis, estiveram presentes na reunião ordinária do Comitê de Investimentos de forma híbrida os integrantes do Comitê de Investimentos do Ipreville, a Sra. Jucemeri Aparecida Fernandes Cabral, Diretora Financeira (membro nato), a Sra. Sahmara Liz Botemberger (titular), a Sra. Samara Perfeito Nunes (titular), o Sr. Gustavo Polidoro (titular); a Sra. Fabiane Heiderscheidt Moreira (titular), o Sr. Felipe Rafael Popovicz, (titular). O Sr. Samuel Luiz Bernardes Gomes (titular), justificou sua ausência em função de seu período de férias. Esteve presente ainda o Sr. Eduardo Barão, representante da SMI Consultoria de Investimentos. O presidente do Comitê de Investimentos abriu a reunião dando as boas vindas a todos e procedeu com a leitura da pauta, passando a palavra para a Diretora Financeira. A reunião inicia com o **item 1) Apresentação da Nova Resolução CMN nº 5.272/2025 (28278924) e (28279584) e proposta de alteração da Política de Investimentos 2026 (28279620) pela Consultoria SMI** passando a palavra para o representante da SMI. O Sr. Eduardo informa que no final de dezembro tivemos a publicação da Resolução CMN nº 5.272/2025 que determina as novas diretrizes para os investimentos dos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS); abordou as mudanças que a nova resolução trouxe sobre investimentos de previdência, incluindo novos requisitos de gestão, classificações de carteiras e limites de investimento que entrarão em vigor em fevereiro de 2026; O Sr. Eduardo coloca ainda que a ANBIMA solicitou extensão do prazo e que as instituições enfrentam desafios para atender aos novos requisitos de gestão; Ele informou que a nova política de investimento foi preparada para entrar em vigor em fevereiro de 2026, com vigência até dezembro de 2026, e que a política foi adaptada para incorporar os novos modelos de gestão da resolução; O Sr. Eduardo explicou que devido às novas regras de investimento, o administrador ou o gestor do fundo de investimento seja instituição autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, classificada como S1 ou S2, nos termos da regulamentação do Conselho Monetário Nacional e os RPPS têm dois anos para regularizar a carteira. Ele mencionou que a equipe da SMI está trabalhando na adaptação dos controles e relatórios para atender às novas exigências, priorizando a política de investimento que entrará em vigor em fevereiro. Eduardo indicou que ainda há dificuldades em obter informações sobre custos e ratings de ativos, mas a equipe continuará buscando essas informações e consultando o Gescon para esclarecimentos adicionais; O Sr. Eduardo explica as mudanças na classificação de fundos, os novos limites de locação de recursos e mencionou que já incluiu na política de transparência a divulgação obrigatória de tarifas pagas a terceiros e taxas de administração dos fundos; O Sr. Eduardo coloca que a alteração se faz necessária em função de que temos que adaptar a Política de Investimentos de 2026 de acordo com a nova Resolução CMN nº 5.272/2025; e que em relação às mudanças, hoje o Ipreville fica impedido de fazer novos investimentos em FIPs (Fundo de Investimento em Participações) e em FIDCs (Fundo de Investimento em Direitos Creditórios), que só estão disponível na nova Resolução para os RPPS que são Nível IV do Pro-Gestão; sobre o compromisso das chamadas de capital dos boletins de subscrição que já foram assinados dos FIPs o Ipreville vai poder aportar esses recursos, só não poderá ser feito novos investimentos; O Sr. Eduardo se coloca a disposição para os esclarecimentos; A Diretora Financeira coloca que o Ipreville já tinha encaminhado a PI 2026 no CADPREV e feita a publicação; que temos que encaminhar a proposta de alteração para o Conselho Deliberativo; Os membros do Comitê colocam que fica **registrada em ata a decisão de aprovar a nova política de investimento condicionalmente, aguardando confirmação sobre a prorrogação da resolução, e manter a política anterior em vigor caso a prorrogação seja confirmada.** A Sra. Jucemeri agradece a **participação do Sr. Eduardo**; com o objetivo de prestar contas de forma transparente sobre a evolução dos investimentos, os repasses realizados e as decisões a serem deliberadas nesta reunião, informa os principais eventos macroeconômicos que influenciaram os mercados com a apresentação do **item 2) Cenário Econômico: Dezembro/2025 - 2.1) Cenário Internacional: Estados Unidos** - O Federal Reserve reduziu a taxa de juros em 25 pontos-base, para o intervalo entre 3,5% e 3,75%, conforme esperado pelo mercado, alguns diretores manifestaram preferência pela continuidade do ciclo de juros e outros demonstraram preocupação

com os riscos inflacionários e também dos dados da atividade econômica que não foram divulgados por completo devido ao shutdown; Em relação as projeções econômicas, o FOMC promoveu ajustes em comparação ao cenário de setembro, a principal alteração foi com relação ao crescimento PIB de 2026: a previsão de 1,8% foi elevada para 2,3%; Na **Europa** - Na Zona do Euro a economia manteve um percurso previsível, a inflação caminha para a meta de 2%. O BCE manteve os juros e revisou para cima as projeções de 2026, acredita que o PIB alemão deve impulsionar o PIB da região; Na **China** - A economia chinesa segue desacelerando, com a demanda interna e setor imobiliário fraco, mas o PIB deve se aproximar da meta de 5% em 2025; O governo chinês deve focar em tecnologia e Inteligência Artificial - IA para ser autossuficiente. **Cenário Internacional - Fechamento dos Índices no mês e no ano** - S&P 500 (0,05)% - 16,39%; DOW JONES 0,73% - 12,97%; NASDAQ (0,53)% - 20,36%; MSCI 0,95% - 20,60%; O mercado americano encerrou o mês de dezembro em queda, os juros futuros de longo prazo tiveram alta e o dólar se desvalorizou frente as demais moedas; **2.2) Cenário Nacional** - O Banco Central manteve a taxa Selic em 15%, mostrando cautela e sem indicar pressa para começar a reduzir juros, a comunicação seguiu com uma postura conservadora, que segue indicando a necessidade de manter a política monetária em campo contracionista; O PIB teve desaceleração no 3º trimestre, segundo dados do IBGE, o PIB avançou 0,1% na margem; O IPCA de novembro avançou 0,18%, em linha com a mediana das expectativas de mercado. Com o resultado o indicador seguiu desacelerando em 12 meses de 4,68% para 4,46%, passando a rodar dentro do intervalo da meta; **Cenário Nacional - Fechamento dos principais índices do mercado financeiro nacional no mês e no ano** - IMA GERAL 0,79% - 14,83%; IMA-B 5 0,95% - 11,65%; IMA-B 0,31% - 13,17%; IMA-B 5+ (0,19)% - 14,20%; IRF-M 0,30% - 18,22%; CDI 1,22% - 14,31%; IBOVESPA 1,29% - 33,95%; IBRX 1,44% - 32,11%; IDIV 1,46% - 29,99% e BDR 3,30% (8,42%); O Ibovespa encerrou o mês em alta, a curva de juros apresentou elevação e o real se desvalorizou em relação ao dólar; A Diretora Financeira continua a reunião apresentando o **item 3) Informa os valores do fechamento do mês - Dezembro/2025**: informa o rendimento do mês em renda fixa e renda variável, os recursos financeiros disponíveis, os índices - INPC, meta, rentabilidade e resultado alcançado no mês e no acumulado do ano, com o detalhamento no anexo desta ata (SEI 28279641); a rentabilidade no mês de dezembro/2025 foi de 0,85% e a meta atuarial ficou em 0,63%, tendo um resultado acima da meta estabelecida para o mês em 0,22%; No acumulado do ano fechamos **2025** com uma rentabilidade de **11,80%**, contra uma meta atuarial de **9,27%**, tendo um resultado positivo 2,32% acima da meta atuarial estabelecida para o ano de 2025; informa a rentabilidade das carteiras balanceadas; a rentabilidade da carteira própria; a rentabilidade alcançada pelo títulos públicos marcados a mercado e os títulos marcados na curva; A carteira está majoritariamente alocada em renda fixa, com rentabilidade de R\$ 482 milhões e a gestão manteve foco em liquidez, rentabilidade e segurança; a Sra. Jucemeri apresenta ainda a Posição dos Títulos Públicos marcados na Curva - Dezembro/2025 - o valor financeiro até 31/12/2025 - R\$ 2.341.431.092,87 representando 51,16% do Patrimônio Líquido do Instituto; Média Geral das taxas está em 6,5988%; Demonstra também a tabela com as informações sobre os valores sugeridos no ALM e o que já foi efetivado de compra dos títulos públicos, bem como o saldo para comprar; A Sra. Jucemeri passa para o **item 4) Deliberação sobre o Resultado do Fechamento das carteiras Administradas Balanceadas do ano 2025**: A Sra. Jucemeri informa que de acordo com o Comunicado emitido pelo Ipreville e aprovado pelo Comitê em 26/08/2024, que definiu sobre a avaliação do desempenho das carteiras administradas por perfis, com base em dados como volatilidade, rentabilidade e composição, com acompanhamento de avaliação trimestral e análise do resultado da rentabilidade em 12 meses, sendo que seria conferido um bônus de 10% do seu PL para a carteira de melhor performance e a que não atingisse sofreria um ônus de 10%; O acompanhamento foi realizado trimestralmente e fechando o mês de Dezembro/2025, temos o resultado do desempenho das carteiras conforme tabela apresentada (SEI 28279641), sendo que todas atingiram a meta estabelecida para os perfis; De acordo com o estabelecido no comunicado, os melhores desempenhos por perfil foram: **Perfil A - Bradesco** - valor do Patrimônio da Carteira fechamento dezembro/2025 foi de R\$ 237.698.797,98 - valor do bônus 10% - R\$ 23.769.879,80; **Perfil B - XP Advisory** - valor do Patrimônio da Carteira fechamento dezembro/2025 foi de R\$ 188.323.276,43 - valor do bônus - R\$ 18.832.327,64; Os membros do Comitê de Investimentos deliberaram que conforme resultado acima apresentado as carteiras do Bradesco e da XP serão contempladas com o bônus de 10% do seu Patrimônio respectivamente; Os recursos que serão utilizados para esses aportes serão os recursos recebidos de cupom de juros em Fevereiro/2026 e mais o saldo que temos junto a conta do Banco do Brasil, da fonte 203 (1180030-5); A Sra. Jucemeri informa que emitiremos um comunicado parabenizando todas os gestores das carteiras administradas e informaremos as métricas de avaliação para o ano 2026; A Sra. Jucemeri solicita a inclusão e discussão **do item 4.1 - Inclusão do item - Percentual de participação no Patrimônio Líquido dos Fundos - Art. 7, I**: Recebemos uma correspondência eletrônica (e-mail) da Western Asset, que "solicitamos uma flexibilização temporária do limite de concentração máxima de 25% do PL (Patrimônio Líquido) de um

mesmo fundo que o IPREVILLE impõe atualmente para os fundos compostos exclusivamente por títulos Públicos. Essa demanda se faz necessária uma vez que ficaremos impedidos de fazer movimentações na carteira no período que compreende a entrada em vigor da Resolução CMN nº 5.272 e a data da migração da administração dos fundos para a Intrag. É uma maneira de diminuir os desenquadramentos passivos durante esse período e minimizar os impactos na carteira durante essa fase de transição. A princípio, poderia ser um período de 6 meses ou até que os nossos fundos sejam transferidos para a Intrag.”; considerando a solicitação da Western para aumentar para 100% devido ao desenquadramento potencial, o Comitê decidiu manter o limite de 25% até 02/Fevereiro/2026, quando a nova resolução entrará em vigor, permitindo então desenquadramento sem novos aportes, e na Nova Política de Investimentos 2026 o percentual destes fundos ficará de acordo com o que prevê a Resolução CMN nº 5.272/2025, mas com controle e acompanhamento, e se houver excessos realizaremos conversas com o Gestor das carteiras administradas; Dando sequência a Diretora Financeira apresenta o **item 5) Deliberação da Convocação da Assembleia Pátria Brasil Infraestrutura III - FIC FIP RL**: Recebemos a convocação da Assembleia Geral de cotistas do Fundo Pátria Brasil Infraestrutura III, sendo a ordem do dia aprovar a orientação de voto ao Gestor, na qualidade de representante do Fundo, para votar favoravelmente na assembleia geral de cotistas do Pátria Infraestrutura III Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, inscrito no CNPJ sob o nº 17.870.733/0001-80, na deliberação acerca da realização de operação de desinvestimento pelo Fundo Pátria Infraestrutura Master, na forma do Edital de Convocação da Assembleia Geral de Cotistas via Consulta Formal do Fundo, enviado em 17 de dezembro de 2025 e do material complementar disponibilizado aos Cotistas juntamente com a presente Consulta Formal, contendo maiores informações sobre a Transação; solicitamos a análise e parecer da SMI Consultoria, que retornou com a seguinte manifestação: **Análise da SMI**: Há a necessidade de submissão deste evento à assembleia do Fundo já que ele é caracterizado como uma transação entre partes relacionadas. Apesar de se tratar de uma venda entre Fundos de Participações geridos pelo mesmo gestor, as etapas da tentativa de busca de um comprador externo, bem como a governança e o formato do processo de venda, estão descritas no relatório anexo “Material de Suporte” (item três letras “b” e “c”, e item quatro letras “c”), inclusive ratificando que preços realizados são compatíveis com valores de mercado; **Parecer SMI**: Não observamos óbice para manifestação positiva por parte do IPREVILLE na assembleia do Fundo, Pátria FIC FIP Brasil Infraestrutura III inscrito no CNPJ sob o nº 17.870.798/0001-25 quanto a orientação de voto ao Gestor, na qualidade de representante do Fundo, para votar favoravelmente na assembleia geral de cotistas do Fundo Pátria Infraestrutura III Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, inscrito no CNPJ sob o nº 17.870.733/0001-80; **Deliberação dos membros deste Comitê**: Aprovação da matéria a ser deliberada na referida assembleia do Fundo Patria Brasil Infraestrutura III; A Sra. Jucmeri apresenta o **item 6) Repasses das contribuições** - os repasses das contribuições competência Dezembro/2025 e 13º Salário/2025 foi no dia 14/01/2026 - o repasse das contribuições - parte patronal e parte segurados e mais os parcelamentos - das contribuições e do déficit atuarial; A Diretora Financeira apresenta o **item 7) Recursos recebidos no mês - Alocação e Movimentações** - **a)** Os recursos recebidos do COMPREV - valor de R\$ 3.835.887,48 e os recursos foram transferidos e aplicados no fundo Caixa Referenciado DI; **b)** Os recursos recebidos dos repasses das contribuições e parcelamentos foram aplicados no Fundo Fluxo e depois transferidos para a Caixa Econômica Federal e aplicados no Fundo Caixa Referenciado DI; **c)** Amortização do Fundo FIDC Multissetorial Itália Senior- valor R\$ 721.468,10 e aplicamos no fundo Fluxo do Banco do Brasil; **d)** Amortização do Fundo FIP Pátria Brasil Infraestrutura III FIP- valor R\$ 728.114,53 e aplicamos no fundo Fluxo do Banco do Brasil; **e)** Chamada de Capital no Fundo KINEA Private Equity V Feeder Institucional I FIP Multi no valor R\$ 471.325,88; **f)** Chamada de Capital do Fundo XP INFRA V FEEDER FIP IE RL -SUBCLASSE A no valor R\$ 3.952.500,00; A Sra. Jucmeri passa para o **item 8) Informes Gerais**: **a)** Aviso do Investidor - Pátria Infraestrutura III - Desinvestimento Total da Arke; **b)** Participação do 8º Congresso de Investimentos Abipem em Florianópolis nos dias 04 a 06/03/2026; **c)** Participação do Encontro entre RPPS da ASSIMPASC em Balneário Camboriú nos dias 13 e 14/04/2026; **d)** Próximas Reuniões: Conselho Fiscal - 30/01/2026 e Conselho Deliberativo 05/02/2026; as apresentações estão anexas a esta ata. A Diretora Financeira agradece a participação de todos e encerra a presente reunião. Sem mais, eu, Jucmeri Aparecida Fernandes Cabral, redigi a presente ata, que foi lida e aprovada, pelos membros do Comitê de Investimentos presentes. Os anexos apresentados neste documento constituem parte integrante desta ata e devem ser interpretados em conjunto com as discussões e deliberações registradas.

Felipe Rafael Popovicz - Vice-Presidente - (CEA - CP RPPS CGIINV III)

Fabiane Heiderscheidt Moreira - Secretária - (CPA 10 - CP RPPS CGINV III)

Jucemeri Ap. Fernandes Cabral (CPA 10 - CP RPPS CGINV III - CP RPPS DIRIG III)

Sahmara Liz Botemberger (CPA 10 - CP RPPS CGINV III)

Samara Perfeito Nunes (CPA 10 - CP RPPS CGINV III)

Samuel Luiz Bernardes Gomes (CP RPPS CGINV II) - Ausente



Documento assinado eletronicamente por **Gustavo Polidoro, Servidor(a) Público(a)**, em 02/02/2026, às 17:05, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



Documento assinado eletronicamente por **Felipe Rafael Popovicz, Gerente**, em 03/02/2026, às 08:36, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



Documento assinado eletronicamente por **Fabiane Heiderscheidt Moreira, Coordenador(a)**, em 03/02/2026, às 08:46, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



Documento assinado eletronicamente por **Jucemeri Aparecida Fernandes Cabral, Diretor (a) Executivo (a)**, em 03/02/2026, às 08:53, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



Documento assinado eletronicamente por **Sahmara Liz Botemberger, Coordenador(a)**, em 03/02/2026, às 11:47, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



Documento assinado eletronicamente por **Samara Perfeito Nunes, Diretor (a) Executivo (a)**, em 03/02/2026, às 13:39, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://portalsei.joinville.sc.gov.br/> informando o código verificador **28279684** e o código CRC **98B1438F**.

Rua Otto Boehm, 442 - Bairro América - CEP 89201-700 - Joinville - SC - www.joinville.sc.gov.br

26.0.013787-9

28279684v5